

Carta de Novo Hamburgo

Os participantes do Simpósio “Água e Saúde Humana” realizado na cidade de Novo Hamburgo no período de 9 a 11 de setembro de 2013 e organizado pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) em parceria com a Universidade Feevale debateram os graves problemas e desafios enfrentados pelo Brasil na área de recursos hídricos e da interface com a saúde humana.

A discussão evidenciou que há, como resultado das diversas atividades humanas decorrentes de uma intensa e rápida urbanização não planejada, um conjunto de impactos sinérgicos resultantes de contaminação orgânica e biológica, que demandam ações intensivas das áreas acadêmicas e dos setores público e privado, com a participação da sociedade.

Esses problemas emergiram a partir da interação de impactos como despejo de esgotos não tratados, depósito de resíduos sólidos, ocupação desordenada do solo com destruição de matas ciliares e áreas alagadas, que levaram a uma perda significativa de biodiversidade e consequente perda de capacidade de resiliência dos ecossistemas.

Há evidentes fragilidades nos sistemas de monitoramento da contaminação de patógenos e substâncias orgânicas e, por conseguinte, de estatísticas, sem a necessária padronização dos métodos aplicáveis às realidades regionais do país. De forma similar, não há método consolidado na área acadêmica e/ou no setor público para a avaliação do risco destes impactos na saúde humana.

Outras fragilidades decorrem de uma gestão fragmentada dos sistemas ambientais e de uma organização institucional deficiente e excessivamente setorial.

Constata-se também a clara deficiência na educação sanitária da população, aumentando sua vulnerabilidade pela falta de percepção adequada do problema.

O conjunto destes problemas leva a perdas econômicas, de oportunidades de trabalho e de desenvolvimento, bem como da qualidade de vida da população.

Tendo em vista a magnitude e a complexidade do problema da água e saúde humana no Brasil, emergiram deste Simpósio as seguintes recomendações:

Para o setor acadêmico o seguinte:

- Aprofundar pesquisas que apoiem estatísticas e informações adequadas sobre os impactos das contaminações orgânicas e biológicas na saúde humana como uma das rotas para incluir análise de risco e da vulnerabilidade das populações.
- Desenvolver métodos adequados, eficientes e de baixo custo que possam ser transferidos da pesquisa para os setores público e privado, visando à necessidade de monitoramento e seu aperfeiçoamento, ferramenta esta absolutamente necessária e imprescindível para a construção de bancos de dados sobre o impacto de agravos à saúde de veiculação hídrica.
- Consolidar laboratórios, dada à complexidade analítica do problema.

E para a gestão o seguinte:

- Desenvolver metas claras e objetivas para o setor público baseadas nos resultados ambientais e de saúde pública.
- Aprofundar a interdisciplinaridade e a interinstitucionalidade para uma gestão pública realmente eficiente.
- Promover a educação sanitária da população, integrando educação para a ciência e educação ambiental no processo.
- Capacitar técnicos de alto nível para o setor público.
- Promover cursos e seminários de atualização, aperfeiçoamento e capacitação para gestores do setor público em serviço.
- Buscar mecanismos mais efetivos de transferência de conhecimento para os gestores a partir da Academia, usando diferentes alternativas.

A visão da Ciência deve estar presente, obrigatoriamente, nas políticas públicas e na formulação da resolução dos grandes desafios no Brasil, de modo a ampliar o diálogo com a sociedade e apontar caminhos para o desenvolvimento.

Há, no Brasil, uma confusão arraigada e permanente entre desenvolvimento e modernização. Se, por um lado, projetos como o do trem bala e da televisão digital são importantes, entre outros, para a modernização do país, por outro lado não trazem necessariamente desenvolvimento. Desenvolver o país significa, por exemplo, tratar esgotos,

promover a educação sanitária e o saneamento básico em todos os municípios, conferindo condições dignas de vida à população.

Deve-se providenciar a melhor capacitação possível dos gestores públicos nas questões relativas à qualidade da água, mas não só para eles como também para os professores de escolas, mormente daqueles que militam no primeiro e no segundo grau. Questões relativas à urbanização desenfreada e destituída de qualquer planejamento e ao conjunto dos impactos sinérgicos resultantes da contaminação orgânica e biológica estão a exigir, cada dia mais, medidas preventivas proativas e mesmo curativas. Aproveitando a atual década da água, os governos de todos os níveis - municipal, estadual e federal - deverão preocupar-se imediata, urgente e de modo eficaz com a recuperação da qualidade ecológica das águas sob sua jurisdição, pois sua situação em nosso país já é alarmante sob vários aspectos. E a tendência, caso pouco se faça, só levará a uma piora de diversos aspectos da qualidade de nossas águas. Estão envolvidas neste processo tanto as águas de abastecimento público quanto as utilizadas na indústria e na agricultura.

Em conclusão, fica viva a preocupação de se realizar no próximo ano (2014) uma reunião com os secretários de saúde, de meio ambiente e de ciência e tecnologia de todos os Estados, no sentido de discutir o aprofundamento desse processo no setor público, para que se possa alcançar uma maior eficiência do processo de forma mais integrada. Uma reunião com este perfil, a ser organizada pelo Grupo de Estudos sobre Recursos Hídricos da ABC, com o apoio da Feevale, e envolvendo outras prestigiosas instituições de pesquisa, pode cumprir o relevante papel de mobilizar a sociedade brasileira, com vistas à superação das mazelas presentes, permitindo ao Brasil construir sua efetiva inserção no rol dos países desenvolvidos.